



Depoimento de Féres Nader elucida parte do esquema de corrupção

# CPI <sup>O Casamento</sup> descobre que fraude beneficiou faculdades do Rio

Gustavo Miranda



O ex-deputado Féres Nader (PTB) depõe na CPI da máfia do Orçamento

BRASÍLIA — Os membros da CPI da máfia do Orçamento não precisaram inquirir o ex-deputado Féres Nader (PTB-RJ) mais do que quatro horas para confirmar o esquema de desvio de recursos do Orçamento através da manipulação das verbas de subvenção social. Nader negou o tempo todo que tivesse apresentado emendas para beneficiar com US\$ 7,6 milhões as cinco faculdades vinculadas à Sociedade Barramansense de Ensino Superior (Sobeu), da qual o deputado é sócio, argumentando que as liberações só foram efetivadas graças à pressão feita pela comunidade de Barra Mansa. Mas o relator Roberto Magalhães (PFL-PE) e os membros da CPI comprovaram a inclusão dessas faculdades na lista de entidades que tinham a liberação de verbas garantida diretamente pelo deputado João Alves, ex-relator da Comissão Mista de Orçamento.

De acordo com os convênios assinados no Ministério da Ação Social, as verbas destinadas às cinco faculdades ligadas a Nader deveriam custear a doação de bolsas de estudo para alunos carentes. As faculdades receberam as verbas, burlaram a fiscalização do CNSS com uma presta-

de contas que garantia a distribuição de quatro mil bolsas de estudo, para uma população de apenas dois mil estudantes.

Ontem, Nader apresentou a versão de que o dinheiro teria sido usado para reduzir as mensalidades, que ficavam em torno de CR\$ 13 mil. Mas o relator apresentou carnês de pagamentos, que variavam entre CR\$ 16 mil e CR\$ 31 mil, pagos por alunos carentes. E, de acordo com cálculos da CPI, com a mensalidade média de CR\$ 13 mil, as faculda-

des não precisavam das verbas de subvenção social.

— Gobrariamos menos se as verbas de subvenção social fossem maiores — disse Nader.

Na avaliação do relator Roberto Magalhães, o depoimento abriu a primeira janela para desvendar o esquema de universidades e entidades culturais.

— A comunidade de Barra Mansa não ia ao Planalto pedir a liberação dessas verbas como disse o depoente. Não era preciso, elas tinham o patrocínio direto de João Alves — concluiu.